

**PROGRAMA RIO DOCE**  
**Escolha de Assessoria Técnica para o Território 12 – Terras Indígenas**  
**Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II 10 (ES)**

**ÍNDICE**

1. CONTRATO .....	2
1.1. Identificação e objetivos .....	2
1.2. Responsáveis .....	2
2. INFORMAÇÕES GERAIS .....	2
3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DEMANDAS .....	2
4. CONSOLIDAÇÃO DA COMISSÃO DE ATINGIDOS .....	5
4.1. Apresentação do credenciamento .....	8
5. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS PRELIMINARES E AVALIAÇÃO .....	9
5.1. Comissão de especialistas .....	10
6. ESCOLHA DA ASSESSORIA TÉCNICA .....	11
6.1. Metodologia da reunião .....	12
6.2. Apresentação .....	13
6.2.1. Grupo Técnico de Apoio – GTA .....	13
6.2.1.1. Perguntas ao GTA .....	16
6.2.2. Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – Adai .....	16
6.2.2.1. Perguntas à Adai .....	19
6.3. Debate .....	21
6.4. Decisão .....	22
6.5. Considerações finais do evento de escolha da Assessoria Técnica .....	23

## 1. CONTRATO

### 1.1. Identificação e objetivos

Realização de Serviços de Consultoria Técnica (no. 4500176574) para viabilização de Assessorias Técnicas aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce.

### 1.2. Responsáveis

Fundo Brasil de Direitos Humanos	Ana Valéria Araújo
Fone   11.3256.7852	e-mail   <a href="mailto:avaraujo@fundodireitoshumanos.org.br">avaraujo@fundodireitoshumanos.org.br</a>
Ministério Público Federal	Dr. José Adércio Leite Sampaio
Fone   31.2123.9174	e-mail   <a href="mailto:joseadercio@mpf.mp.br">joseadercio@mpf.mp.br</a>

## 2. INFORMAÇÕES GERAIS

Este é o relatório consolidador do processo de escolha de Assessoria Técnica aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão no Território 12 – Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II, no Estado do Espírito Santo.

As informações aqui reunidas referem-se ao período de 9 de julho a 1 de novembro de 2018.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DEMANDAS

O Território 12 é composto de três Terras Indígenas: Tupiniquim, Caieiras Velha II e Comboios (*ver mapas nas páginas 3 e 4*). Está integralmente nos limites do município de Aracruz, no Estado de Espírito Santo. Segundo o Censo do IBGE, a população que se autodeclarava indígena em Aracruz era de 3.040 pessoas em 2010, das quais 2.419 vivendo em áreas rurais<sup>1</sup>. Na data da homologação das Terras Indígenas Tupiniquim e Comboios, no ano de 2011, a população especificamente das duas terras era de cerca de

---

<sup>1</sup> O documento O Brasil Indígena, que integra o Censo 2010 do IBGE, contabiliza 3.040 moradores que se autodeclararam indígenas no município de Aracruz. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>

2.500 pessoas. As duas terras indígenas têm como principal atividade econômica o cultivo de alimentos, como feijão e milho<sup>2</sup>.



Figura 1: Territórios para escolha de Assessorias Técnicas.  
Cartografia: André Rodrigues de Oliveira/Fundo Brasil

<sup>2</sup> As duas Terras Indígenas foram homologadas por meio de Decreto Presidencial publicado em 8 de novembro de 2011. Informações sobre a homologação e as atividades econômicas das duas Terras Indígenas estão disponíveis em <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2214-presidente-lula-homologa-terras-indigenas-tupiniquim-e-comboiono-espírito-santo>>



*Figura 2: Localização do Território 12 – Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II. Cartografia: André Rodrigues de Oliveira/Fundo Brasil*

Entre os meses de janeiro e março de 2018, durante a etapa de elaboração da Proposta Técnica e Comercial do Fundo Brasil, foram realizadas oitivas com os integrantes das comunidades indígenas na sede da Associação Indígena Tupiniquim e Guarani (AITG), em Caieiras Velha II, com lideranças tupiniquim e guarani reunidas em torno de uma instância deliberativa, a Comissão de Caciques.

A Comissão de Caciques indicou aos representantes do Fundo Brasil que uma Assessoria Técnica poderia vir a ser necessária, desde que composta por pessoas de confiança, e que sentia necessidade de compreender o trabalho desse tipo de entidade atuando no território. Os debates incluíram também a necessidade de dar tratamento a temas específicos como a qualidade da água dos rios, do mangue e do mar, que é a principal queixa da população das Terras Indígenas.

Segundo o trabalho de escuta em campo feito pela equipe do Fundo Brasil, as principais demandas e condições para o trabalho de uma Assessoria Técnica no Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II estão listadas a seguir:

- As ações de assessoria no caso do Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II (ES) deverão reconhecer e respeitar as diferenças culturais entre os povos guarani e tupiniquim;
- A Assessoria Técnica para este território deverá ser capaz de formular ações específicas para o enfrentamento dos impactos específicos produzidos pelo rompimento da Barragem de Fundão em cada uma das três Terras Indígenas que o integram;
- Ademais, deverão ser garantidas ações para o atendimento das seguintes demandas:
  - Viabilização de assessoria jurídica;
  - Viabilização de estudos sobre a qualidade da água para uso humano, pesca, agricultura e irrigação; e suas consequências; e
  - Viabilização de ações de atenção à saúde.

Na Proposta Técnica e Comercial, o Fundo Brasil de Direitos Humanos recomendou dois núcleos de Assessoria Técnica para o Território 12, sob coordenação única de um profissional experiente no campo indigenista, com apoio de equipe multidisciplinar composta por profissionais dos campos da biologia, epidemiologia, assistência jurídica, ecologia e outras áreas determinadas pela Comissão de Caciques.

#### **4. CONSOLIDAÇÃO DA COMISSÃO DE ATINGIDOS**

A primeira reunião da equipe do Fundo Brasil com a Comissão de Caciques da Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II ocorreu em 25 de julho, para informação e apresentação do processo de escolha das assessorias. Para o acompanhamento deste território específico o Fundo Brasil contratou a consultoria de um advogado indígena, Dr. Paulo Pankararu, que apoiou a construção da estratégia para nossa atuação em relação aos indígenas e vem acompanhando o processo de interlocução com as lideranças locais.

Com os objetivos de apresentar o Fundo Brasil de Direitos Humanos e de apresentar o debate sobre o processo de escolha das Assessorias Técnicas e a relação com especificidades da Terra Indígena, a equipe do Fundo Brasil, incluindo o advogado

Dr. Paulo Pankararu, se reuniu pela segunda vez com a Comissão de Caciques na sede da AITG, em Caieiras Velha II, em 23 de agosto. Do encontro participaram caciques e representantes das aldeias Caieiras Velha, Pau Brasil, Areal, Boa Esperança, Nova Esperança e Três Palmeiras.



*Figura 3: Reunião em Caieiras Velha II. 23 ago 2018. Foto: Fundo Brasil*

A equipe do Fundo Brasil apresentou pormenores de sua atuação no processo de escolha de Assessorias Técnicas na Bacia do Rio Doce – contatar e informar as Comissões de Atingidos, auxiliar em sua consolidação nos territórios em que fosse necessário e atuar para que as Comissões possam escolher assessorias técnicas de sua confiança. Também foram informadas as atuações dos demais atores no processo – Ministério Público, Judiciário, empresas violadoras dos direitos dos atingidos pelos rejeitos da Barragem de Fundão, comunidades e movimentos sociais.

Os representantes das aldeias destacaram como indispensável a participação de indígenas representantes de cada aldeia nas equipes da futura assessoria técnica, tanto em funções de especialistas quanto na de monitores indígenas, papel que não exige formação superior e atua em mobilização e articulação. Também expressaram dúvida quanto à possibilidade de independência da Assessoria Técnica em relação a órgãos ambientais que precisam conceder autorizações para que sejam feitas pesquisas, por exemplo, de saúde dos peixes.

O tema da confiança apareceu durante toda a reunião. Foi esclarecida a diferença entre os profissionais técnicos impostos pelas empresas violadoras dos direitos das comunidades e as Assessorias Técnicas que serão escolhidas pelos próprios atingidos com base em confiança e para construir coletivamente e democraticamente um plano de trabalho. A equipe do Fundo Brasil sublinhou a importância de se cumprir todas as etapas do processo de escolha previstas na Chamada Pública, para garantir a transparência, legitimar e proteger a decisão futura da comissão.

Colocada a questão da necessidade de reuniões amplas para engajar o maior número possível de atingidos, os caciques e representantes explicaram à equipe do Fundo Brasil a especificidade do sistema político de representação e auto-organização indígenas. No seu caso, informaram, a Comissão de Caciques faria o papel de Comissão de Atingidos como instância de discussão e deliberação, que permeia e alcança todas as aldeias. Os caciques apresentaram o histórico da Comissão de Caciques e seu papel de instância aglutinadora, representativa e deliberativa. Explicaram que as decisões nas 12 aldeias são tomadas por consenso; na instância da Comissão de Caciques, o coordenador da Comissão e os caciques decidem o quórum necessário para deliberar sobre cada tema, se há necessidade de que todos estejam presentes ou não.

Assim, em respeito à auto-organização e tradição de organização das lideranças dos Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II, o Fundo Brasil entendeu, em acordo com o Ministério Público Federal, que a Comissão de Caciques, instância deliberativa histórica deste Território Indígena, funcionaria como Comissão de Atingidos para fins de escolha da assessoria técnica. A Comissão de Caciques, informaram, funciona como primeiro contato no diálogo com qualquer interlocutor de fora da Terra Indígena e tem o respaldo das comunidades internas. O Fundo Brasil sugeriu que, se os caciques e representantes ali presentes entendessem apropriado, a equipe estaria disponível para visitar algumas aldeias para conhecer o território e acompanhar processos de debate entre o representante da aldeia na Comissão e sua base. Mas não houve encaminhamento sobre isso.

Desta reunião, a equipe do Fundo Brasil saiu com a avaliação de que a Comissão de Caciques tinha um entendimento adiantado sobre o direito à Assessoria Técnica e urgência em instituir a sua, com garantia de participação na construção do plano de

trabalho. Também mostravam preferência por profissionais com quem já tivessem laços de confiança anteriormente estabelecidos.

Em 14 de setembro, o Fundo Brasil tornou pública em seu site a relação definitiva das organizações credenciadas a participar do processo de escolha das assessorias técnicas aos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. No Território 12 – Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II, três organizações atenderam aos requisitos previstos no termo de referência do território e foram credenciadas:

- Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – Adai
- Grupo Técnico de Apoio – GTA
- Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação.

#### **4.1. Apresentação do credenciamento**

A reunião para apresentação do processo de credenciamento de entidades interessadas em prestar Assessoria Técnica ao Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II e do resultado do credenciamento foi realizada na AITG, em 21 de setembro. Participaram caciques da Comissão de Caciques, a equipe do Fundo Brasil de Direitos Humanos e o Ministério Público Federal.

O procurador da República Paulo Trazzi (MPF) fez a primeira fala explicando os objetivos do encontro e expondo a possibilidade de o Território 12 ser um dos primeiros a escolher a sua Assessoria Técnica.

A reunião foi realizada de acordo com metodologia previamente pactuada entre o Fundo Brasil, o Ministério Público Federal e a Comissões de Atingidos local. Segundo essa metodologia, antes do resultado propriamente dito, os representantes do Fundo Brasil lembraram à Comissão de Caciques os principais aspectos do processo até aquele momento.

Foram destacados: a fase de levantamento das demandas da Terra Indígena (janeiro a março de 2018); os focos da chamada pública conduzida pelo Fundo Brasil para o credenciamento de organizações para prestar Assessoria Técnica para cada um dos territórios, com atenção à especificidade de que é necessário que a mesma



Assessoria, embora única, estabeleça núcleos e metodologias distintas para trabalhar com os Guarani e com os Tupiniquim; os critérios utilizados para o credenciamento das organizações, previstos no item 1 do Termo Aditivo ao TAP, denominado Princípios Norteadores do Eixo Socioeconômico; o processo de credenciamento implementado pelo Fundo Brasil; e, finalmente, o resultado do credenciamento.

Em relação às organizações credenciadas para cada território, foram compartilhadas com os atingidos e atingidas presentes informações básicas, tais como nome, endereço postal, endereço eletrônico, site e/ou Facebook, números de telefone e o nome do responsável pela organização.

Após a apresentação destas informações, o procurador Paulo Trazzi perguntou aos presentes se conheciam as entidades e se tinham objeções a ouvir algum das propostas. Seguiu-se um debate no qual os caciques argumentaram que já conheciam o trabalho da Adai. Um dos caciques perguntou sobre a possibilidade de não ouvir as propostas das outras duas entidades credenciadas. O representante do Fundo Brasil explicou que, para não ouvir alguma das entidades, seria necessário existir algum fato que a descredenciasse. Paulo Trazzi (MPF) voltou a pontuar sobre a importância de cumprir todas as etapas do processo para evitar contestações futuras à escolha.

O advogado Dr. Paulo Pankararu explicou que a Comissão de Caciques tem autonomia inclusive para determinar como seriam as apresentações, e que poderiam demandar apresentações curtas. Em seguida, foi pactuada uma provável data para a reunião de escolha da Assessoria Técnica.

A equipe do Fundo Brasil produziu ata da reunião, fez registro fotográfico e passou lista de presença.

Cartas convite às duas entidades credenciadas para apresentação de proposta preliminar de trabalho foram enviadas em 2 de outubro de 2018.

## **5. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS PRELIMINARES E AVALIAÇÃO**

As organizações credenciadas para o Território 12 – Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II (ES) receberam cartas-convite, elaboradas

pela equipe do Fundo Brasil, apresentando o formato no qual as propostas preliminares de trabalho das organizações credenciadas deveriam ser elaboradas.

Solicitou-se às organizações breves descrições das linhas de ação e da metodologia de trabalho para abordagem das demandas presentes no território, conforme apresentadas na Chamada Pública que o Fundo Brasil realizou para o credenciamento de organizações interessadas em prestar o serviço de Assessoria Técnica. As cartas-convite também definiram os prazos do processo de elaboração e avaliação das propostas preliminares de trabalho das organizações credenciadas. A definição dos prazos foi feita conjuntamente pelo Fundo Brasil e pela Força Tarefa do Rio Doce do Ministério Público Federal, em reunião realizada em 1 de outubro de 2018. Definiu-se um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento das mensagens eletrônicas com as cartas-convite, para que as organizações credenciadas enviassem as propostas preliminares.

### **5.1. Comissão de Especialistas**

Ao receber as propostas, o Fundo Brasil realizou uma avaliação prévia da adequação de cada uma delas ao escopo do trabalho contido na Chamada Pública. A avaliação da proposta contou com a participação de especialistas externos, com conhecimento sobre as temáticas específicas do território, a convite do Fundo Brasil. Para a composição deste comitê, o Fundo Brasil de Direitos Humanos convidou pesquisadores e pesquisadoras que atuam na região da Bacia do Rio Doce e que têm sido reconhecidos pelo desenvolvimento de trabalhos relevantes sobre os desdobramentos dos impactos ambientais e violações de direitos humanos experimentados pelos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Este conhecimento específico representa um elemento fundamental para a necessária avaliação das propostas preliminares de trabalho das organizações que prestarão Assessoria Técnica aos atingidos e atingidas.

Para a definição do escopo de atuação da Comissão de Especialistas, o Fundo Brasil elaborou um termo de referência. Este documento define os produtos que deveriam ser entregues pelos especialistas, bem como os prazos para a realização do trabalho. Cada especialista se comprometeu a fazer um breve parecer individual sobre a

adequação da proposta ao escopo da Chamada específica de cada território, observando se as demandas transversais que conformam a concepção de Assessoria Técnica presente no Termo Aditivo ao TAP – mobilização social, informação e apoio à participação e reivindicação de direitos –, e as demandas específicas de cada território estão refletidas nas propostas preliminares que seriam apresentadas aos atingidos e atingidas nas comunidades.

O termo de referência esclarece que não cabe à Comissão de Especialistas interferir na natureza da proposta, nem descredenciar qualquer organização e que a decisão sobre a qualidade e pertinência das propostas caberá exclusivamente aos atingidos, em processo deliberativo público realizado nas comunidades. Ao final da elaboração dos pareceres individuais, os especialistas se reuniram com a equipe do Fundo Brasil em São Paulo, em 22 de outubro de 2018, para apresentar o parecer final em nome do comitê.

O trabalho dos especialistas teve duração de 15 (quinze) dias corridos, como previamente pactuado. Ao final do prazo, foram enviadas sugestões e recomendações que foram incorporadas na proposta preliminar em um prazo de 3 (três) dias úteis, e devolvidas ao Fundo Brasil.

## **6. ESCOLHA DA ASSESSORIA TÉCNICA**

Em 1 de novembro de 2018, foi realizada a reunião de escolha de Assessoria Técnica para o Território 12 - Terras Indígenas Tuniquim, Comboios e Caieiras Velha II. O evento de escolha foi realizado na Aldeia Pau Brasil, no município de Aracruz (ES), em espaço usado para atividades coletivas. Participaram 79 integrantes das comunidades atingidas, registrados em lista de presença, inclusive as seguintes lideranças indígenas: três caciques e um vice-cacique Tupiniquim, e um cacique Guarani. Também participaram da reunião representantes do Ministério Público Federal (Dr. Paulo Trazzi e Dr. Malê Frazão, procuradores da República e integrantes da força-tarefa do Rio Doce).

A reunião foi aberta às 15h07 por iniciativa de um dos caciques, que fez sua fala em português e na língua indígena local. O cacique comunicou aos presentes a estrutura da reunião e informou que duas entidades apresentariam suas propostas de Assessoria

Técnica ao território. O cacique convidou os outros caciques presentes a se sentarem nas primeiras fileiras de cadeiras e pediu atenção a toda a reunião, inclusive evitando o uso de celulares. Por fim, agradeceu à presença de todos e passou o microfone ao Dr. Paulo Trazzi (MPF).

O procurador agradeceu a presença de todos e destacou o trabalho conjunto entre as comunidades e o MPF. Pediu aos caciques que se apresentassem às equipes das entidades candidatas a Assessoria Técnica, Adai e GTA, o que foi feito e seguido de aplausos. Depois passou à palavra ao Fundo Brasil.



*Figura 4: Evento de escolha da Assessoria Técnica no Terra Indígena. 1 nov 2018.  
Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil*

### **6.1. Metodologia da reunião**

Gabriel Strautman, representando o Fundo Brasil de Direitos Humanos, lembrou o papel do Fundo Brasil de facilitar o processo de escolha de uma Assessoria Técnica de confiança da comunidade e as três reuniões com a Comissão de Caciques realizadas no território. Informou que apenas duas entidades sem fins lucrativos, candidatas a Assessoria Técnica, apresentariam suas propostas de trabalho – a terceira, Interação, desistiu de apresentar proposta ao território e comunicou sua desistência ao Fundo Brasil. Informou, em sequência, as etapas da escolha:

- A ordem das apresentações seria definida por sorteio;
- Cada entidade credenciada apresentaria sua experiência e sua proposta preliminar de trabalho no tempo total de uma hora, incluído o tempo para perguntas e respostas dos atingidos e atingidas presentes;
- Entidades se retiram da sala para o momento de deliberação dos atingidos e atingidas; papel do Fundo Brasil e do Ministério Público nesse momento é de observadores; e
- Feita a escolha, a entidade escolhida será informada por e-mail.

O sorteio foi feito com os nomes das duas entidades candidatas a Assessoria Técnica escritos em papel. Um dos caciques sorteou. O GTA foi a primeira a fazer sua apresentação.



*Figura 5: Sorteio da ordem de apresentação. 1 nov 2018.  
Foto: Roniel Felipe/Fundo Brasil*

## **6.2. Apresentação**

### **6.2.1. Grupo Técnico de Apoio – GTA**

A apresentação do GTA foi feita por dois arquitetos coordenadores, Geraldo Juncal Junior e Neide Ferreira. Contaram a história da entidade, que não tem fins lucrativos e soma 25 anos de atuação, majoritariamente na área de habitação. O GTA se sustenta por meio de prestação de serviços e concorrências públicas. O trabalho remunerado sustenta e subsidia ações não remuneradas. Como exemplos, informaram que o GTA atuou na construção e na elaboração de planos de habitação em estados como

Bahia e Ceará, em assistências técnicas para processos de urbanismo, em parcerias com movimentos sociais e movimentos por moradia. Outras atuações foram gestão de saneamento em comunidades indígenas do Alto do Rio Negro, no Amazonas, e processos de mutirão e autogestão. A entidade afirmou que trabalha de forma integrada entre técnicos e comunidades.

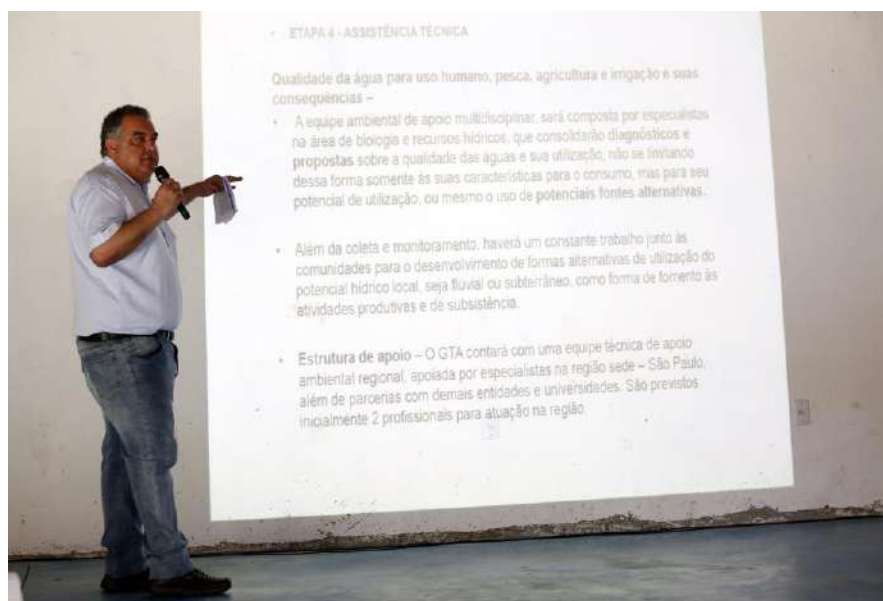


Figura 6: Apresentação do GTA. 1 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil

Afirmaram que ainda não conhecem a realidade das comunidades da Terra Indígena, por isso partem do pressuposto de que tal conhecimento será construído no percurso do trabalho de Assessoria Técnica.

Para construção do processo, propuseram:

- Troca de saberes de forma participativa, com trabalho coletivo;
- Canal de informação entre comunidade e técnicos;
- Articulação institucional: com o fim da assessoria técnica, o processo deve ter continuidade por parte da comunidade e dos órgãos públicos

A proposta apresentada pelo GTA foi segmentada em 4 (quatro) etapas de trabalho:

- Adequação do plano: levantamento das informações, estudo e leitura da realidade, já que a entidade não conhece a realidade dos atingidos do território;
- Estudo participativo e plano de ação para as comunidades;
- Plano de assessoria: desenvolvimento do plano de ação e estruturação da matriz; consolidação do plano; e
- Assistência técnica: assessoria jurídica, com levantamento e análise dos procedimentos jurídicos adotados para ressarcimento dos prejuízos e para as indenizações; estudos sobre a qualidade da água para uso humano, pesca, agricultura, etc; as ideias foram baseadas na leitura da documentação do Fundo Brasil.

A equipe proposta foi de duas a três pessoas no território, um time de especialistas em São Paulo e auxílio de estudantes universitários por meio de parcerias. A entidade também propôs identificar carências do sistema de saúde para trabalhar de forma complementar a ele.

O GTA apresentou um cronograma de 6 meses para adequação do plano de trabalho, estudo da realidade local, formação e atuação de grupos temáticos para a formulação de propostas e início efetivo do trabalho de Assessoria Técnica.

Como exemplos de sua atuação, a entidade citou plano de ação para o combate à violência na Favela da Brasilândia, na capital paulista; projeto de urbanização e saneamento no Jardim Olinda, também na cidade de São Paulo; sistema de coleta de esgoto sanitário e mutirões em Guarulhos (SP); saneamento em comunidades indígenas do Alto do Rio Negro (AM), que incluiu reuniões e fóruns com caciques de diversas comunidades. Captação de chuva, filtragem da água, aquecimento para eliminação de coliformes e proteção de nascentes também foram projetos citados. Informaram ainda que o material do GTA foi base para a criação de um guia sobre saneamento em área indígena para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A apresentação foi encerrada com fala sobre o processo participativo de construção da Assessoria Técnica, no qual as famílias dizem como desejam ser assessoradas – o processo se dá a partir dessa construção. E com uma explicação sobre como a organização das comunidades pode ajudar a resolver problemas sem necessidade de sempre recorrer ao poder público. “Temos muitos técnicos, uma equipe

grande que de repente pode ajudar na construção de políticas públicas. Temos também gente para pôr o pé no barro. Discutir política macro e pôr o pé no barro”, afirmou Geraldo, do GTA.

#### **6.2.1.1. Perguntas ao GTA**

A formação da equipe do GTA e se a entidade pode absorver mão de obra de nível superior das comunidades indígenas para o trabalho de Assessoria Técnica foi a primeira pergunta encaminhada. Geraldo Juncal Junior disse que há um núcleo que orienta conceitualmente o trabalho da assessoria, e que pode absorver pessoas da comunidade local “desde que elas estejam no mesmo espírito”. “Queremos, sim, pessoas locais, absorver conhecimento da região. Até porque a gente não sabe tudo, aliás, não sabe nada. Até o próprio projeto prevê isso.”

O representante do Fundo Brasil reforçou a necessidade de que os presentes façam perguntas, tirem dúvidas. Um cacique pegou o microfone para questionar o GTA sobre demandas da comunidade, caso do auxílio em atividades de subsistência como a criação de peixes. O técnico do GTA afirmou que a assessoria trabalharia de acordo com a definição das necessidades da comunidade, e que o processo muda de acordo com essas demandas. “O importante é que a prioridade venha de vocês, e ela deve ser coletiva. O que for mais importante para todo mundo. É em cima disso que iremos trabalhar”.

#### **6.2.2. Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – Adai**

A equipe da Adai começou sua apresentação informando que fez propostas de trabalho como Assessoria Técnica para os oito territórios no Espírito Santo. Em seguida, apresentou a história da entidade.

A Adai foi fundada em 1993 em Erechim, no Rio Grande do Sul. Não tem fins lucrativos e tem como missão desenvolver ações para apoiar as populações atingidas e/ou ameaçadas por barragens, buscando combater as desigualdades. A atuação da entidade se dá por meio de prestação de serviços, consultoria e assessoria técnica nas áreas social, pedagógica, jurídica e produtiva. Tem atuação nacional com mais de 35 projetos conduzidos, como o Programa Cisternas (12 estados), o Projeto de



Reassentamento dos Atingidos pela obra de implantação da usina hidrelétrica de Itá (Paraná e Santa Catarina), assistência técnica agrícola na região da Barragem de Machadinho (Rio Grande do Sul), e promoção de soberania alimentar e fortalecimento da organização de famílias atingidas ou ameaçadas por barragens (8 estados). O trabalho tem como direcionamento apresentar ao poder público e às empresas violadoras de direitos a realidade dos atingidos na ótica dos atingidos.

Entre os direcionamentos na atuação da entidade foi destacado o não reconhecimento pelas empresas das crianças como atingidas pelas violações de direitos. Neste sentido, a entidade destacou seu trabalho com mulheres, jovens e crianças.

Tânia, profissional que já tem um histórico de atuação na Terra Indígena do Território 12, apresentou os aspectos do plano de trabalho na atuação como Assessoria Técnica:

- Objetivo geral: “ao final dos quatro anos de atuação, promover os direitos dos atingidos”;

- 5 (cinco) objetivos específicos e resultados esperados, listados a seguir:

- Fomentar a auto-organização das famílias atingidas através de grupos de trabalho específicos;
- Mapear e analisar as ações emergenciais e de reparação já realizadas e propor os ajustes necessários;
- Desenvolver diagnósticos e estratégias de saúde indígena junto à população afetada;
- Compilar os estudos socioeconômicos e socioambientais para análise dos impactos e subsídio das propostas de reparação e/ou compensação pelos danos;
- Identificar os danos materiais e desenvolver projetos para proteção dos conhecimentos tradicionais dos Tupiniquim e dos Guarani relativos aos mananciais;

- Participação circular, visitas periódicas, rodas de conversa, espaços de discussão e troca de informação;

- Saúde: ao final de 4 anos, ter o diagnóstico, com envolvimento do SUS e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) para política de saúde considerando o problema das águas contaminadas;
- Jurídico: resolver problemas de avaliação de danos, apontar os danos imateriais não considerados pela Fundação Renova. Construir diagnósticos e novos parâmetros para política de reparação;
- Social e econômico: é necessário avaliar o banco de dados da Renova identificado como em processo, o que ainda está por ser resolvido e apontar erros para que a reparação de danos seja efetivada. Fomento à geração de renda para os atingidos e atingidas;
- Ciências agrária e ambiental: análise de águas, laudos e estudos de recuperação dos mananciais. Também é necessário que adultos conscientizem as crianças de que estão vivendo um problema novo;
- Busca de ajuda e intercâmbios com comunidades que já foram afetadas;
- Memorial indígena: proteção dos bens imateriais das comunidades Tupiniquim e Guarani;
- Equipes: escritório próximo das aldeias com estrutura administrativa; antropólogos para as comunidades Tupiniquim e Guarani; profissionais diversos: cientistas sociais, psicólogos, assistência social e assessoria jurídica, ecologia, geografia, economia, pesca.



*Figura 7: Apresentação da Adai. 1 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil*

Tânia encerrou a apresentação da Adai destacando a importância da comunicação com segurança entre as partes envolvidas no processo de reparação das violações de direitos e da manutenção da autonomia dos atingidos e atingidas em decidirem o melhor para suas comunidades e terem voz nos espaços de decisão.

#### **6.2.2.1. Perguntas à Adai**

Com a palavra, um dos caciques afirmou que “gosta de analisar as falas”. Sem citar o nome, disse que a primeira equipe a apresentar proposta de trabalho não mencionou o desastre provocado pela Samarco e Vale, enquanto a segunda equipe foi direto ao ponto.

*“Nós não estamos aqui brincando. Não pedimos para a empresa destruir a barragem para beneficiar nossa comunidade. Estamos aqui para lutar pelos nossos direitos. Porque hoje, como uma criança vai ser um pescador nato? Não é só o pescador que está sendo atingido. A memória de nossos antepassados foi atingida. Como ensinar nossos filhos, nossos netos a pescar?”*  
*(Cacique Guarani atingido)*

O cacique destacou o direito histórico de seu povo ao território e a destruição da natureza causada pelo desastre. E terminou parabenizando a segunda equipe pela fala direta sobre o rompimento da Barragem de Fundão. Não fez perguntas.



*Figura 8: Cacique Guarani faz perguntas à Adai. 1 nov 2018.  
Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil*

Um atingido da aldeia de Caieiras perguntou o que é assessoria técnica e o que é assistência técnica. Também quer saber se existe um plano de execução para o período de 4 (quatro) anos: quando, quem vai fazer? “O que a gente tem visto é que as empresas têm feito o trabalho na nossa comunidade, mas são 100 atingidos, apresentam proposta apenas para 10, só podem pagar para 10.” Outra dúvida é sobre “trazer pessoas de fora”, que vêm com “outro olhar, outra experiência”.

Foi citado caso em que uma pessoa Guarani foi penalizada por usar madeira para construir uma casa e um galinheiro. “Somos donos dessa área, vivemos há muitos séculos. Quando eles matam todos os peixes, quando matam uma organização social, quando acabam com a cadeia alimentar do nosso povo, com veneno, destruição, acham que aconteceu porque tinha de acontecer. Não é por aí. Projeto de vida a gente sempre está do lado, projeto de morte a gente não aceita. A gente sabe que quando uma enchente ou o vento destroem uma casa, a gente entende. Fez um arraso, dizem. Mas quando uma barragem vai matando tudo, parece que não é um arraso. Foi um acidente. Pra gente isso foi uma destruição.”

Tania (Adai) começou a rodada de respostas explicando a diferença entre assessoria técnica e assistência. Explicou que a reparação cabe às empresas violadoras dos direitos dos atingidos e atingidas, segundo a legislação brasileira. Por isso criaram a Fundação Renova. Explicou que o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado pela Renova em 2016 estabelece tudo o que deveria ser feito, mas que as empresas colocam obstáculos. “Se tivesse sido feito, a gente não precisaria estar aqui

hoje.” Continuou: “A parte que cabe às empresas é a assistência. À assessoria cabe apresentar estudos, propostas, ajudar a qualificar as demandas e exigir da Renova as ações de reparação. A Assessoria Técnica não executa.” A representante da Adai informou que a execução deveria ter começado em 2016, quando o TTAC foi assinado, e que agora a Assessoria Técnica espera acelerar o processo. E sobre a contratação de pessoas das comunidades indígenas, disse que será feito tanto quanto houver pessoal com a qualificação necessária.

Terminou assim a rodada de perguntas à Adai.

### **6.3. Debate**

O procurador Paulo Trazzi perguntou se algum das entidades “cativou mais” os presentes.

O primeiro cacique a falar defendeu a Adai com base na relação anteriormente estabelecida com Tânia.

Uma atingida da aldeia Pau Brasil também falou sobre a experiência anterior de Tânia “na época do Cimi”, da ajuda no trabalho de união dos caciques. “A Adai não deu voltas, sabem a realidade.”

*“Temos pressa no bom sentido. Sabemos  
que os governantes não respeitam a  
comunidade indígena. Tenho 60 anos de  
idade, o que fazemos  
hoje é pras nossas crianças do amanhã”  
(Atingida da aldeia Pau Brasil)*

Para a atingida, a proposta de trabalho da Adai “foi bem explicada, tivemos esclarecimentos. A gente sabe que ninguém trabalha sozinho, então vamos criticar. A gente tem que ter o MPF presente. Vamos unir nossas forças, nossos amor, que a gente conquiste os nossos objetivos, o melhor pras nossas comunidades. Estamos juntos com a Adai”.

Um dos caciques: “A nossa organização é assim também. A Comissão dos Caciques Tupiniquim Guarani, a gente tem que estar bem unido, organizado. Eu vi a diferença nos dois grupos técnicos. O outro grupo técnico apresentou mais as coisas, mas parece que não sabe o que está acontecendo aqui nessa região. A Adai apresentou um projeto de experiência no campo, enfrentando problemas de barragem, mostrou mais experiência para ajudar comunidade atingida por barragem, hidrelétrica. Estou de acordo que Adai é um grupo técnico que pode nos representar melhor”.

Outro cacique pediu a palavra: “Queria só reforçar a fala, a gente analisou os dois grupos. Um deles já tem mais conhecimento, não vou dizer que o primeiro não possa fazer um bom trabalho, mas além disso a gente quer reforçar que essa luta não vai terminar, vai continuar. Então, a gente tá aqui para garantir e buscar muito mais a união da nossa comissão de caciques, da nossa comunidade. Isso não pode quebrar para o bem da nossa sociedade. Eu não tenho mais filho pequeno, tudo casado, mas tenho neto, bisneto. Então, temos que garantir que eles tenham futuro. Pelo trabalho, pelo conhecimento, a gente quer que seja a Adai”.

Na quinta fala do debate deliberativo, um vice-cacique afirmou ser “novo na luta”, e que reconhece o trabalho dos caciques presentes. “Não desfazendo da outra, a gente tem essa confiança na Adai, porque tem uma pessoa muito conhecida nas comunidades indígenas. Eu, como vice-cacique, também apoio a Adai.”

O último presente a falar afirma que falou “com os parentes da aldeia, onde temos 32 famílias”. Encerrou reforçando a preferência de sua comunidade pela Adai.

#### **6.4. Decisão**

Paulo Trazzi (MPF) disse que iria contar até três para que todos os presentes falassem o nome da entidade escolhida, e que se houvesse alguma divergência, seria feita uma votação. Contou e todos falaram o nome Adai. A entidade foi, assim, escolhida para prestar Assessoria Técnica ao Território 12 – Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II.

#### **6.5. Considerações finais do evento de escolha da Assessoria Técnica**

O advogado Dr. Paulo Pankararu parabenizou os presentes pela conclusão da etapa de escolha de uma Assessoria Técnica. Lembrou que a mobilização precisa continuar para garantir a concretização do trabalho, e que próxima etapa é a construção conjunta da comunidade com a Adai de um plano de orçamento. “A partir de agora são vocês que definem o que vocês querem.”

Um dos caciques encerrou a reunião.